

OS DIÁLOGOS CIRCULARES

Emídio Santana acusa-me de ser inquisidor, de bater no cèguinho, de zurzir e mais nada — e aconselha-me a guardar a palmatória. Antes do mais será talvez conveniente explicar porque a usei.

Esta explicação assenta na compreensão política rigorosa do diálogo. Diálogo não é poder dizer a bel-prazer o que nos vem à cabeça e esperar que os outros discutam respeitavelmente. *civilmente*, as coisas que se atiraram para o ar. Diálogo exige uma plataforma comum, uma mesma linguagem um acordo prévio, ainda que implícito, mas essencial. Dialogar é acordar num mínimo (que a maior parte das vezes é um máximo, é o *fundamental*) e é partir daí para o esclarecimento de pontos de vista decorrentes dos pressupostos comumente aceites. Quem só souber exprimir-se em cingalês não pode dialogar com quem só puder falar croata — um «diálogo» entre um cingalês e um croata não-políglotas tornar-se-ia numa terrível fonte de confusão ... e de equívoco. Defender o diálogo *tout court* como valor em si, é defender a confusão e o equívoco. Há evidentemente diálogos proveitosos e desejáveis — mas há-os impossíveis, e, logo, a sua *aparência* é perniciosa, origem de mal-entendidos, indesejável.

A defesa do diálogo em si mesmo, ultimamente tão em moda entre nós, é, portanto, objectivamente, defensora da confusão e do equívoco. Tenta-se confundir as verdadeiras realidades (e contradições) da sociedade em que vivemos e fomentar o equívoco à volta dos seus fundamentos e devir históricos. Sugere-se que a contradição fundamental separa os que dialogam e gostam de dialogar dos que não dialogam. Inculca-se que todos os males passados são devidos a um punhado de bisinhos introvertidos que não gostavam de trocar opiniões e que agora tudo se pode resolver à volta de uma mesa circular, com loquacidade e bom-senso. O «liberalismo» deste projecto assenta como uma luva aos seus promotores conscientes e beneficiados objectivos — que são a facção liberal da classe no poder em ascensão e os seus arautos de todo o género.

DIÁLOGO-CONFUSÃO, DIÁLOGO EQUIVOCO

Porque todo o diálogo tem regras, e quem nele entra respeita, quer queira quer não, essas regras, e legitima-as um pouco mais com a sua intervenção. *E tanto mais quanto se diga (e seja tido como) um opositor ao Sistema, pelo menos enquanto não defina cientificamente essa «oposição».* Aqui, nesta indefinição, o equívoco, aqui a confusão. Porque os diálogos são sempre «interiores», o resto são conversas de surdos ou monólogos, que já não interessam aos furiosos oficiais do diálogo. Isto não quer dizer que, sempre e em quaisquer circunstâncias, seja de refutar todo o diálogo com os que estão do outro lado da barreira, por uma questão de princípio. Como em toda a realidade social e política, e em relação a toda a actuação que se insere naquela realidade, os princípios devem aliar uma estrita indefectibilidade estratégica a uma conveniente maleabilidade táctica. Seria eu, pois, o último a apontar com o meu dedo «inquisitorial» (no dizer indignado de Santana) o primeiro cingalês que visse a uma esquina trocar impressões com um croata. E quando digo a uma esquina, poderia dizer mesmo na praça pública. Mas se o cingalês, que aqui faz as vezes incómodas do «outsider», afirmasse a quem o quisesse ouvir que o croata afinal era muito boa pessoa, e que as coisas quando faladas a bem podiam resolver-se todas com palmadinhas nas costas — então, aí, transformava uma necessidade táctica, admissível e talvez útil, numa cedência estratégica indesculpável.

Mas, perguntar-se-á, que barreira é essa, que regras do jogo são essas, que «interioridade» é essa que eu tenho referido como apanágios do diálogo e responsáveis pelos seus limites políticos? São a barreira, as regras do jogo, a «interioridade» de classe. É no interior de cada grupo social (ou entre grupos sociais não-antagónicos e potencialmente aliados) e de acordo com os seus interesses fundamentais, que o diálogo é possível, e por vezes como agora, particularmente necessário a um deles. Dois grupos diferentes e antagónicos não podem «dialogar» no sentido burguês do termo, e se o diálogo é agora arvorado em valor neutro e bom em si mesmo por uma classe, ou melhor, por uma certa vanguarda da classe no poder (a burguesia «liberal») é porque isso corresponde aos desígnios actuais e prementes dessa classe. Discutir «sobre tudo», num espírito «adulto e responsável» (ou seja, conformista em relação aos pressupostos políticos, ou seja, classistas, do debate, e logo também de todo o Sistema que o permite e exige) é, realmente, debater acerca das melhores maneiras de «modernizar» o aparelho social-político-económico-ideológico da burguesia portuguesa de 1971, em face dos desafios que a evolução da produção e das relações de forças sociais lhe impõe com crescente agudeza. Só uma rigorosa análise de classe pode desmontar o significado do «diálogo supra-classista».

E eis-nos regressados a Saraiva e a Santana. Santana diz que quando leu o livro de Saraiva ficou logo a apeterer «o debate que poderia e deveria provocar» — e esse debate não o viu em parte alguma, e também não no meu artigo. É verdade. Não dialoguei com Saraiva porque o seu livro e a ideologia que ele resume são uma expressão característica da compreensão burguesa da história, ainda quando algumas das suas *boutades* podem parecer «inconvenções», precisamente devido à marginalidade deliberadamente almejada pelo autor, que o afasta de certos lugares-comuns do discurso oficial burguês. [Como tentei mostrar no meu artigo, aquelas «inconvenções» são frequentemente de uma infelicidade bem superior à inconsistência da versão burguesa normal da história, donde se prova que a marginalidade burguesa (e haverá outra?) não compensa mesmo]. *Maio e a crise da civilização burguesa* é, para além de tudo, dificilmente passível de uma análise teórica, na medida em que não discorre teoricamente, em que não fornece nenhuma perspectiva teórica. É um «largo arrazoado» (como Santana designa o meu artigo) de opiniões pessoais, de conjecturas, de sentimentos, de palpites, de fantasias — de sonhos. Santana lamenta que não se confrontem «métodos» diferentes. Confesso, envergonhado, que não percebi em Saraiva qualquer método que não fossem aqueles por ele confessados da «meteorologia» e da sensação «como um bicho»... Ainda que fosse politicamente correcto, eu não poderia pois ensaiar a análise «séria» que Santana me propõe, pois o livro de Saraiva não o permite, esquivando-se, julgo que intencionalmente, a qualquer fixação ou enquadramentos metodológicos e científicos.

Mas o importante é que *nem seria politicamente correcto*. Dialogar taco a taco, frase a frase, livro a livro, argumento a argumento, com todas as expressões da ideologia e da sub-ideologia burguesas que aparecem por aí, ainda quando envelopadas por certas excentricidades que as tornem «originais» — está fora dos propósitos do TM e dos meus próprios. Seria cair no logro do «diálogo» que anatemizei acima. Seria não saber distinguir o trigo do joio. Seria não saber diferenciar as contradições antagónicas das não-antagónicas e tentar «resolvê-las» da mesma maneira, o que se revelaria fruto de indesculpáveis confusão e equívoco. *A recusa do «diálogo» com Saraiva resulta, portanto, não de mácriação biliosa mas de uma opção política clara.*

DOGMATISMO INQUISITORIAL E CIÊNCIA

Quem quiser «debater» com Saraiva sobre os problemas fundamentais da dinâmica da histórica, «debata-o». Eu não estava nem estou politicamente interessado nesse «debate». E isto não por «dogmatismo inquisitorial» ou porque a minha «cartilha» diga isto e mais aquilo: mas simplesmente porque a análise científica do real, baseada em instrumentos teóricos fundamentais mas corroborada pela experiência-prática, me ajuda por um lado a caracterizar as várias opções «ideológicas» das pessoas como decorrendo das posições *objectivas* dessas pessoas no interior do processo produtivo e da dinâmica de classe, e por outra a fazer desta realidade uma leitura parcial. É uma tal leitura ensina-me a gratuidade política e o ridículo de tentar convencer as pessoas cuja ideologia-prática está de acordo com a classe a que pertencem, de que fariam bem em mudar de opinião, e para mais por mero intermédio de especulações teóricas.

Disse há pouco que *Maio e a crise da civilização burguesa* era dificilmente passível de uma análise teórica; dificilmente, mas eu podia de facto ter explanado todos os fundamentos, todas as obras, todos os clássicos que Saraiva, deliberadamente, nega. Era essa, a meu ver, a única possibilidade «teórica» de pegar no livro. [Ainda e mais uma vez, não seria «diálogo», mas oposição de referências teóricas a um discurso que as refuta implícita e explicitamente]. Valeria a pena? Não seria essa uma maneira muito mais «ideológica», de menor qualidade, de *mostrar* o livro de Saraiva, ainda que do mesmo lado da barreira, quer dizer, continuando a prescindir do «diálogo»? Julgo que sim, mas trata-se duma opção meramente formal, susceptível de se modificar com um melhor argumento.

Na sequência do que tenho vindo a expor, dirá Santana, dirão os leitores — então, *porquê* um artigo sobre o livro de Saraiva? Se Saraiva representa uma perspectivação ateórica, inidónea para o «diálogo», porque não pura e simplesmente ignorá-lo? Atenção: o dizer-se que não vale a pena dialogar com Saraiva, não quer dizer que Saraiva não seja importante ou não possa lê-lo, e que não valha a pena discreter sobre ele. Uma das (a principal) funções desta revista é debruçar-se sobre o quotidiano-concreto nacional, *o que não quer dizer dialogar com toda a gente...* O passado de Saraiva e o impacto que o livro, apesar de tudo, causou no nosso esclerosado meio editorial, concediam-lhe uma notoriedade *objectiva* inegável, independente do seu valor real. Essa notoriedade era alimentada pela fama de «esquerda» do autor e pelo próprio título do livro, igualmente «esquerdi-

zante». Montar um mostruário da obra, que assinalasse as suas verdadeiras linhas mestras e evidenciasse as suas incoerências mais gritantes, pareceu-me ser um trabalho pedagógico — e o TM tem sido tantas vezes acusado de hermetismo, que não me importo de pecar agora por excesso de pedagogismo.

Em suma e para finalizar: 1.º) era praticamente impossível analisar teoricamente o livro de Saraiva, pelo menos como um todo (os conceitos saraivianos de *assalariado*, de *burguesia*, de *capitalista* podiam, evidentemente ser objecto de análise, como o foram, e conduzir a conclusões interessantes para a compreensão do livro, mas nem por isso essas conclusões deixaram de ser fragmentadas e puderam mascarar a ausência de um método global de referência), a não ser contrapondo-o secamente com um sistema coerente de análise, e mostrando como Saraiva o infringiu alegremente, o que como acima indiquei, revestiria talvez um interesse muito reduzido; 2.º) É preciso ter presente uma noção classista e depurada de lamechices culturalizantes pequeno-burguesas, do que sejam e devam ser os «diálogos» e o «Diálogo», para não cair no equívoco político e na cedência teórica; 3.º) As contradições no nosso seio e as contradições entre nós e os nossos inimigos exigem processos de resolução radicalmente diferentes.

PROPRIEDADE PRIVADA, PROPRIEDADE SINGULAR E SARAIVA

Só mais duas questões de pormenor: Santana acrescenta às minhas *novas formas de apropriação privada*, que cita na sua carta, as suas (formas) de «*apropriação estadual ou de classe dominante*». Pois bem, quando eu referi essas novas formas, pensava principalmente e precisamente em apropriação de classe, em apropriação pela classe no poder — *privada*, portanto, dessa classe, privada mas não particular. Em certa medida, a propriedade é sempre privada, pois está sempre ao serviço de um grupo, embora a mediação desse carácter privado apresente, nomeadamente em regime capitalista, múltiplas facetas, desde a «colectivização» estadual à propriedade individual. São as «novas» formas públicas de propriedade (de classe, por definição) que importa hoje em dia particularmente estudar, e era em especial a elas que eu aludia quando, na frase transcrita por Santana, acusava Saraiva de, entre outras falhas, não ter em consideração aquelas formas na sua análise.

Segunda questão: Santana, quer saber porque é que Saraiva não tem razão, e onde é que ela está, a propósito de todos os juízos por ele emitidos, e designadamente da aristocracia operária. Ora bem — evidentemente que não se tratava no meu artigo de dar todas as respostas que Saraiva não dera ou dera erradas, até porque Saraiva falou sobre tudo e mais alguma coisa, e *rectificar* todos os seus erros exigiria uma enciclopédia em muitos tomos. Tratava-se de mostrar a sua ausência de método e a sua incoerência, alguns dos seus erros fácticos, fornecer as pistas ideológicas e teóricas (estas parcelares, necessariamente) desses erros e enquadrá-los numa análise política de classe. Quanto a tudo o mais, remeto quem me lê para os bons autores e para a boa prática política, e na impossibilidade de explicitar aqueles e esta, sempre vou remetendo para *O Tempo e o Modo*, recente-passado, actual e futuro. Apesar de tudo...

SANTANA E O RESTO

Certamente repararam que o método acima enunciado de resolver diferentemente as diferentes contradições, aplicado a Saraiva no meu artigo anterior e explicado nesta nota, não foi aplicado a Santana. A carta de Santana, no entanto, reflecte, quando muito, uma pseudo-vingal indignação dubceko-humanista, objectivamente, pelo menos tão reaccionária como o discurso de Saraiva, e esmaltada por uma suficiência e um paternalismo insuportavelmente burgueses. Além do mais, emprega uma linguagem que, até há bem pouco, era considerada delatária neste pequeno rectângulo à beira oceano prantado, e se agora já talvez não o seja, é certamente inútil, desconchavada e de muito mau-gosto.

E se abri uma excepção para a carta de Santana, foi porque ela me forneceu excelente pretexto para esclarecer certas pessoas sinceramente enleadas com a problemática descrita, e que reputo ainda estarem *do lado de cá da barreira*. Santana foi o espantalho, a quem estou prática e antecipadamente certo de não ter convencido, para nosso e seu sossego. Mas quero lembrar a Santana que o TM não reconhece a ninguém o direito de defensor officioso de todas as obras, ideias, instituições e personalidades burguesas que ele, TM, tenha achado por bem criticar. E se não estamos dispostos a conceder esse estatuto a Santana não é certamente por julgarmos que ele o preencheria de todo mal.